

Educação a distância e globalização:

desafios e tendências

Oreste Preti

O velho não morreu e o novo não pode nascer
(A. GRAMSCI)

Palavras-Chave: educação a distância, globalização, função da educação, comunicação de massa.

Nestas duas últimas décadas observamos, em todos os continentes, uma expansão da modalidade de Educação a Distância. Países têm investido na criação de universidades dedicadas unicamente a atuarem nesta modalidade: a Open University na Inglaterra, Austrália e Índia, a

FernUniversität na Alemanha, a Uned na Espanha e Costa Rica, a Universidade Aberta em Portugal, a Télé-Université no Canadá, a UNA na Venezuela, a Unidad Universitaria del Sur de Santafé de Bogotá, etc. A maioria delas atendendo a mais de 100 mil estudantes e oferecendo cursos os mais variados.



Qual o sentido desta expansão? A Educação a Distância, por sua flexibilidade e economia de escala, tem sido chamada para dar uma resposta aos desafios político-social, econômico, pedagógico e tecnológico, postos à sociedade com a implantação do programa neoliberal, a globalização da economia e a introdução das novas tecnologias no sistema produtivo e de comunicação. Mas, ela tem essa potencialidade?

Quais as limitações e os desafios encontrados? Como dar conta do divórcio entre o desenvolvimento dos conhecimentos e as limitadas oportunidades de acesso? Como garantir uma educação para todos, se os recursos públicos são cada vez mais escassos e reduzidos e os meios tecnológicos de comunicação ainda não foram socializados? É sobre este cenário que iremos deter nossas reflexões.



Apresentação

Nessas duas últimas décadas, sobretudo, a educação foi muito adjetivada: educação sexual, educação para a vida, educação para o trânsito, educação ambiental, educação para o terceiro milênio, educação para o trabalho, educação a distância.

Porém, neste processo de adjetivação, de atendimento a aspectos pontuais e periféricos, no uso e abuso do seu espaço, da sua palavra, a educação foi perdendo seu conteúdo, sua força. Tudo é colocado como educação. E realmente é. Todos se colocam como educadores. E deveriam ser, mas não são. Pois, educação, em sua etimologia de *educare* (ato de criar, de alimentar) ou de *educere* (conduzir para fora) indica ação, implica relação. É, no dizer de Sanviens (apud Preti, 1992, p. 103), “um fato humano, social, cultural e comunicativo” e, por isso, deve ser um sistema aberto em que ela, a educação, é determinada pelos fatos, pelo seu entorno e acaba também por afetá-los.

Quando, pois, estamos falando de educação, estamos nos referindo a todos os aspectos da vida que ela abarca nas relações pessoais, sociais, políticas, com a natureza, com o entorno. Está imiscuída, misturada e diluída em tudo. É parte do todo, é o todo. Portanto, não haveria necessidade de adjetivá-la, de apontar este ou aquele aspecto particular. Corre-se o risco de enfocar em demasia o secundário e abafar sua fonte, a origem de sua parturição. Por isso, tentaremos, ao falarmos de Educação a Distância (EAD), dar-lhe uma abordagem contextualizada.

Hoje, sobretudo a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), fala-se muito em educação a distância. O que vem a ser isto? É possível trabalhar esta adjetivação quando o substantivo ainda está ausente para uma parcela significativa de nossa sociedade? Ou ela ajudaria a tornar mais substantiva a educação para esta população excluída? Como anda a educação em nosso país e em nosso Estado?¹ E, dentro desta realidade educacional, como se situaria a EAD? Quais são suas possibilidades, tendências e desafios?

É uma problemática complexa que suscita diversas questões, mas que tem como referência as transformações nos sistemas de conhecimento, na vida política, social e econômica neste final de milênio. Só daremos conta de compreender a teia de relações postas e que dão unidade e direção a estes sistemas se analisarmos as transformações já produzidas e em processo, do ponto de vista global e não desconhecendo as especificidades da sociedade nacional.

Vamos, pois, nos deter um pouco sobre este processo de transformações na economia, de globalização e seus reflexos na educação, para melhor situarmos as tendências e os desafios da EAD neste momento de virada de século.

Globalização

Globalização, nova ordem mundial, mundialização do comércio e da produção industrial, alta modernidade, sistema mundial: não importa a terminologia utilizada e

¹No Brasil, 74 milhões de trabalhadores possuem menos de quatro anos de estudo e cerca de 20% da população são analfabetos (19,2 milhões de analfabetos entre a população de 15 anos e mais). Desse total, 80% têm entre 15 e 30 anos de idade (Fabiano, 1997, p. 20). Em Mato Grosso, 33,72% da população são analfabetos; 30,8% dos chefes de domicílio têm menos de um ano de estudo; 9,6% da população entre 11 e 14 anos e 8% dos jovens entre 15 e 19 anos são analfabetos (IBGE, 1991).



sua base epistemológica. O que importa apanhar, neste novo contexto, é o processo de formação de uma nova ordem global, tendo por base o poder econômico, ao invés do poder político, deslocando a discussão sobre as relações de poder para questões técnicas, de gerenciamento eficaz e eficiente dos recursos. Há um processo de “despolitização” em face de uma visão tecnocrática, gerencial e pragmática, onde a grande empresa capitalista é posta como modelo.

A crise econômica que se instaurou depois da recuperação da economia pós-guerra e a instalação de Estados de Bem-Estar trouxeram como consequência imediata a retração dos gastos nas áreas sociais (e particularmente na saúde e educação) além das limitações do mercado de trabalho. Aqui, no Brasil, embora os efeitos ainda não sejam sentidos com a mesma intensidade como em países do primeiro mundo, onde o nível de desemprego (que chega ao patamar dos 12,0%) é sem precedentes na história, oficialmente estima-se que 6% da população economicamente ativa estão desempregados, sem contarmos os 40% de subempregados, sem carteira assinada (Frigotto, 1996, p. 76).²

Trata-se de uma crise não-conjuntural, passageira e estrutural do próprio capitalismo, que busca formas novas de sobrevivência e estratégias de recomposição do lucro pelo capital e de refuncionalização do sistema, e que afeta sensivelmente os trabalhadores, não só pela perda do emprego e dos direitos sociais, mas, também, por lhes serem exigidos saberes e competências outras introduzidas pelas novas tecnologias de produção. Reduzem-se ao mínimo as necessidades de mão-de-obra e exigem-se maiores qualificações.

As mudanças tecnológicas, pois, fazem com que grande parte das qualificações fiquem defasadas em um ritmo cada vez mais rápido, diante dos aparatos de informação que operam em tempo real. Por outro lado, existe uma interdependência maior entre os conhecimentos e a vida econômica.

Como fazer para que esta situação, em que as sociedades estão marcadamente mais desiguais, não provoque explosões sociais e o colapso do capitalismo? Como lidar com isso?

Tornaram-se, pois, necessários ajustes também no plano ideológico, no discurso, para buscar o convencimento da sociedade de que esse é o caminho do crescimento econômico, da melhoria de vida em direção a uma sociedade justa e equitativa.

É neste contexto que se reafirma uma onda neoliberal e neoconservadora que passará a dar novo sentido a categorias antigas ou a reinventar outras, tais como: Estado mínimo, flexibilidade, competitividade, eficiência, qualidade total, gestão, integração, etc.

O discurso neoliberal

Está havendo, pois, uma “refuncionalização” no plano cultural e educacional. A globalização da economia “levou à unificação dos sistemas de mercado e a uma nova era de dominação cultural” (Souza, 1994, p. 111). É, talvez, neste campo da hegemonia de uma ideologia, de um tipo de discurso que o neoliberalismo obteve sucesso bem maior do que no campo econômico.³

O projeto neoliberal vem assumindo, no discurso e na prática, contornos cada vez mais nítidos e perturbadores e tem conseguido, através dos meios de comunicação, o convencimento da sociedade de que é a única saída para a crise que impera nos campos da economia, da política e, no nosso caso, da educação. Parte do pressuposto ou da “constatação” estatística de que a educação formal se expandiu, estando disponível a todos os segmentos da sociedade. Imputa a “improdutividade” do sistema educacional (altas taxas de evasão e reprovação, em torno de 30%) ao Estado, por sua atitude paternalista e assistencialista; à incapacidade da escola para se organizar e se adequar aos novos tempos; ao corpo docente “desqualificado” e acomodado, indiferentes à necessidade de renovação e inovação em seu trabalho; às organizações de classes, que só impunham bandeiras de lutas por questões salariais, sendo responsabilizadas, por seu forte corporativismo, de impedir as mudanças necessárias. Isso tornaria a escola ineficiente, ineficaz, incompetente para se firmar numa sociedade que vem se caracterizando como “sociedade de informação”,⁴ “sociedade “informatizada”, “socie-

² São 38 milhões de desempregados nos países da Organização e Cooperação para o Desenvolvimento Europeu (OCDE). São freqüentes as manifestações contra o desemprego e a exclusão social. No Brasil, segundo o DIEESE, são 4,02 milhões de pessoas sem trabalho (Fabiano, 1997, p. 26). De janeiro de 1995 (quando Fernando Henrique tomou posse) a fevereiro de 1997, as demissões superaram a criação de empregos formais, gerando déficit de 753.775 vagas. A perda maior se deu na indústria (492.440), serviços (103.639), comércio (64.106), construção civil (48.604) e agricultura (45.057). Uma perda mensal de 29 mil empregos (Leopoldo, Oliveira, 1997, p. 19).

³ Na realidade estamos passando por um período de recessão. Houve recuperação nos lucros, mas não houve aumento na taxa de crescimento. Pelo contrário, as cifras são de uma curva descendente: incremento de 3,6% nos anos 70 e de 2,9% nos anos 80. Criaram-se condições mais para a inversão especulativa do que para a produção (Anderson, 1995).

⁴ “A sociedade de informação é a sociedade do futuro, onde haverá uma economia baseada no conhecimento e na informação [...] que causará um impacto maior do que a revolução industrial [...] Relatórios do Banco Mundial indicam que a disponibilidade de uma infra-estrutura de informação apropriada e o uso eficiente das tecnologias e serviços de informação e de comunicação são um catalisador de desenvolvimento sustentado em países pobres” (Sociedade ..., 1997, p. 4).

dade do conhecimento”, “sociedade do saber” (Gentili, 1996, p. 31). Fala-se no fim do proletariado, das classes sociais e no início de um “cognitariado” (de *cognoscere*, conhecimento), onde o conhecimento se tornaria o maior valor no mercado, a mercadoria que definiria as relações sociais e de trabalho. Segundo o pensamento neoliberal, a escola ainda não se deu conta do valor do conhecimento numa sociedade onde triunfam os melhores, os possuidores de maior conhecimento.

O fato é que esta escola, a que conhecemos, sobretudo a escola pública, vive uma profunda crise, que a torna ineficiente na sua função de oferecer esta mercadoria que é o conhecimento às pessoas interessadas, aos seus clientes. Esta crise, na leitura neoliberal, é fundamentalmente uma crise gerencial, necessitando a escola ser submetida a uma reforma administrativa para se tornar competitiva, devendo, portanto, abandonar o campo da política para se adentrar na esfera do mercado. Para isso, a escola necessita estabelecer mecanismos de controle e de avaliação dos serviços educacionais, e que devem estar articulados e subordinados às necessidades do mercado de trabalho.

Portanto, o programa de reforma institucional da escola, que está sendo proposto e implementado pela política educacional neoliberal do nosso atual governo, propõe que as escolas funcionem como empresas produtoras de serviços educacionais, para que coloquem no mercado seus produtos, obedecendo às regras de controle da qualidade e da produtividade.

Muda-se, assim, o discurso e as lutas em favor da democratização da educação, da formação profissional e da sua expansão junto às camadas pobres e miseráveis, por um discurso da qualidade, de uma qualidade submetida aos conceitos, aos preceitos, aos critérios e às práticas empresariais. Uma qualidade que tem a pretensão de melhorar os resultados da educação e de seus processos. Fala-se, então, de otimização, “racionalidade”, de melhor utilizar os limitados recursos postos à disposição dos serviços educacionais. Desta maneira, no entendimento neoliberal, a educação poderia cumprir sua função social: *ajustar o cliente, o comprador de seus serviços, às demandas do mundo dos empregos e teria uma função de*

“empregabilidade” (Gentili, 1996, p. 25). A educação instrumentalizaria o cliente para poder competir no mercado. O resto é por conta dele, de seu esforço, de seu interesse e de sua capacidade. Voltamos ao discurso da meritocracia: vence aquele que mais se esforçar e batalhar.

A educação, então, não somente é posta como subordinada aos objetivos e interesses do capital como também passa a ser “conformada” (*com a forma*) à organização capitalista do trabalho. É nesse sentido e direção que estão ocorrendo as discussões e “reformas” no interior do sistema educacional, com as propostas de descentralização, gestão, qualidade total, etc.

Mas, como se dariam esta subordinação e esta organização? Realmente, o processo produtivo necessita da escola, da educação formal para preparar o trabalhador? Não se trataria de um discurso para culpar a escola pela exclusão do trabalhador devido à sua não qualificação, à sua “não competência”?

Formação profissional

A necessidade de “reordenamento” do processo de acumulação capitalista tem estimulado a entrada das novas tecnologias microeletrônicas (informática, máquinas numéricas e a robótica) e das novas formas de organização do trabalho, intensificadas no final da década passada diante da competitividade internacional e da busca do crescimento econômico.

Se, no antigo modelo taylorista e fordista, eram exigidos do trabalhador atributos escolares e culturais de pouca relevância, hoje, este novo padrão tecnológico exige sua requalificação, o aperfeiçoamento profissional e o domínio de novas especificidades. Torna-se imprescindível o contínuo “retreinamento” de todos os profissionais, dando seqüência à instrução básica e ao treinamento ocupacional.⁵ Mas, que tipo de “qualificação” para o trabalho?

As rápidas transformações econômicas requerem uma formação técnico-científica básica e o acesso a um saber universalizante. Requerem não mais um trabalhador robotizado, que consiga executar uma seqüência de operações mecânicas, privilegiando atividades sensório-con-

⁵ Ver a esse respeito o artigo de Campion (1995, p. 193).

cretas, mas sim um trabalhador que possa executar atividades de abstração, com capacidade analítica e o domínio de linguagens diversificadas. Mais do que aprender a fazer, ele deve ser formado para aprender a aprender. E isso, de maneira grupal, coletiva, com uma visão ampla do processo produtivo, não-fragmentada. A cooperação, a participação, a responsabilidade, a organização, a disciplina, a concentração e a assiduidade são atributos a serem assimilados e praticados por este novo tipo de profissional, um “novo” trabalhador, com uma boa formação geral, com capacidade para perceber um fenômeno em processo, mas atento, leal e responsável.

Fala-se, portanto, da necessidade de uma “reciclagem” dos trabalhadores em todos os setores, não só na indústria (década de 50) mas também nos setores primários e, especialmente, nos terciários. Isso vem consolidando a idéia de uma educação técnica e profissional permanente, continuada, de uma educação não restrita à escola e à educação formal.

Esse tipo de discurso não é contraditório? Exclui-se um contingente significativo de trabalhadores com a introdução de novas tecnologias na produção e exigem-se competências para lidar com elas. Mas quem? Os que permanecem no trabalho, os desempregados? Não é um discurso economicista, da Teoria do Capital Humano, tão familiar na década de 60? O que a realidade tem apresentado?

Investigações recentes realizadas pelo Senai (1994) apontam que a baixa qualidade do ensino, no 1º grau, evidenciada nos desempenhos precários dos alunos em relação ao domínio das habilidades de leitura e escrita, é diretamente responsável pela dificuldade de engajamento dos trabalhadores nos cursos de formação profissional.⁶

Por outro lado, foi constatado que, na grande maioria dos empregos recentemente abertos na Europa, foi preferido um tipo de trabalhador “desqualificado”, a quem inclusive seria dispensada a própria fala (Linhares, 1995). Segundo o depoimento de um diretor de recursos humanos de uma indústria brasileira, o grande problema não é somente “a atualização tecnológica, mas o treinamento de pessoal para assimilar novas tecnologias [...] é trabalhar o Coeficiente Emocional e não o Quociente de Inteligência” (Carvalho, 1997). Por isso, várias em-

presas deram início à implantação de programas de auto-estima, autoconhecimento e motivação, como o programa *Top Performance*, da Microlite, o *Projeto Células*, da Kibon/Sorvane, etc. Servem para melhorar não só a qualidade dos produtos que fabricam, mas, sobretudo, o relacionamento do trabalhador com a empresa, dando mais autonomia ao empregado e gratificando-o pela assiduidade.

Como dar conta dessas novas demandas, de novos conhecimentos e habilidades, do divórcio entre o desenvolvimento dos conhecimentos e das limitadas oportunidades de acesso? Como garantir uma educação para todos, se “não há” recursos públicos suficientes? Como a EAD tem se comportado diante destas mudanças paradigmáticas do novo modelo de produção econômica, e frente à introdução de novas tecnologias e novas formas de organização da educação?

A EAD em expansão: uma questão de “funcionalidade”?

Se antes existiam muitas resistências e pré-conceitos quanto a esta modalidade, parece que a conjuntura econômica e política no limiar do milênio acabou encontrando nesta modalidade uma alternativa economicamente viável, uma opção às exigências sociais e pedagógicas, contando com o apoio dos avanços das novas tecnologias da informação e da comunicação. Isto é, dentro desta crise estrutural, a conjuntura política e tecnológica tornou-se favorável à implementação da EAD. Ela passou a ocupar uma posição instrumental estratégica para satisfazer as amplas e diversificadas necessidades de qualificação das pessoas adultas, para a contenção de gastos nas áreas de serviços educacionais e, no nível ideológico, traduz a crença de que o conhecimento está disponível a quem quiser.

Assim, é neste final de milênio que surgem “os grandes sistemas de educação superior a distância, primeiramente na Europa e, em seguida, no Canadá, nos Estados Unidos e na Austrália”, para depois se expandir a todos os países desenvolvidos e para muitos países em processo de desenvolvimento (Guimarães, 1997, p. 3).

⁶ Mediante o Plano Nacional de Educação Profissional (Planfor), o governo, via Sesc, Senai e Senac, só tem conseguido reciclar 5,5% da mão-de-obra. A pretensão é alcançar os 20% até o ano 2.000 (Fabiano, 1997, p. 20).

Na Europa, os governos vêm buscando na educação, numa educação eficiente, de qualidade e barata, o *locus* para requalificar os trabalhadores, para que rapidamente possam ser inseridos no mercado de trabalho. A educação continuada e permanente impõe-se hoje.

Estudos recentes têm comprovado que o crescimento econômico e a competitividade das economias mais avançadas dependem primordialmente da capacidade de inovar nos produtos e nos processos, e que esta capacidade está baseada num elevado nível de conhecimentos profissionais dos trabalhadores (Espanha, 1995, p. 10).

Assim, a EAD é chamada e instalada pelos próprios governos como a modalidade que melhor estaria em condições de cumprir esta tarefa de maneira rápida, atingindo um número expressivo de trabalhadores, e dentro de uma racionalidade econômica superior às modalidades presenciais.

Redes de Educação a Distância são criadas em todos os continentes, apoiadas

e subvencionadas pelos governos locais e organismos internacionais, como Unesco, OEA, Conselho de Europa, Parlamento Europeu, etc.

Segundo a FernUniversität alemã, existem aproximadamente 1.500 instituições, no mundo inteiro, atuando em EAD, atingindo 10 milhões de estudantes ou até o dobro, no entender de alguns estudiosos. Em alguns países, como a Espanha, mais de 10% da população adulta estão matriculados em algum curso dentro desta modalidade (*apud* García Arezio, 1994, p. 481). Este índice alcança os 40% em outros países, como a Colômbia.

Metade dessas instituições (50%) são estatais e $\frac{3}{4}$ delas universidades. Como a grande maioria (88%) não é de caráter lucrativo, é o Estado que praticamente as subvenciona, chegando, em alguns casos, a cobrir até 70% das despesas.

Mas quais os níveis atingidos via EAD?

Na Europa, são oferecidos mais de 700 programas de diferentes níveis, nos mais variados campos do saber, mas os mais atingidos continuam sendo os adultos

Quadro 1 – Redes de Educação a Distância

Redes Intercontinentais

Consortium International Francophone de Formation à Distance (CIEFFAD) – 1987 – mais de mil instituições de 38 países.

Asociación Iberoamericana de Educación Superior a Distancia (AIESAD) – 1980 – mais de 50 instituições.

International Council for Distance Education (ICDE) – 1938 – 100 instituições e 500 individualmente – 60 países.

Redes Continentais

African Association for Distance Education (AADE) – 1973.

Australian and South Pacific External Studies Association (Aspesa) – 1972.

Asian Association of Open Universities (AAOU) – 1986.

Association of European for Correspondence Schools (AECS) – 1985 – mais de 70 organizações de 17 países.

European Distance Education Net (Eden) – 1990.

European Association of Distance Teaching Universities (EADTU) – 1987.

Consortio-Red de Educación a Distancia (Cread) – 1990.

Fonte: GARCÍA ARETIO, Lorenzo. *Educación a distancia hoy*. Madrid : Uned, 1994. p. 482-509.

Quadro 2- Níveis atingidos via Educação a Distância

Educação Fundamental (crianças – 2%; adultos – 5%).....	7%
Educação Média (adolescentes – 8%; adultos – 17%)...	25%
Educação Universitária.....	20%
Cursos de Pós-Graduação.....	9%
Formação Profissional.....	12%
Educação Permanente/Continuada..	27%

Fonte: GARCÍA ARETIO, Lorenzo. *Educación a distancia hoy*. Madrid : Uned, 1994. p. 482.

⁷ Cerca de 60% da população estudantil da Colômbia são atendidos pelo sistema de EAD (Horizonte..., 1996).

⁸ O Programa *TV Escola*, com a geração de três horas de programação diária, repetida quatro vezes por dia através de um canal exclusivo, visa à formação e ao aperfeiçoamento do professor e a apoiar seu trabalho em sala de aula. Cerca de 48 mil escolas do ensino fundamental com mais de 100 alunos estão recebendo as imagens, através de um *kit tecnológico*. Até o final do ano, a previsão é que cerca de 20 milhões de alunos e um milhão de professores serão atingidos (*Folha de S. Paulo*, 27/1/96, Cotidiano 3, p. 3). O Proinfo objetiva promover o desenvolvimento da informática como instrumento de apoio ao processo de ensino-aprendizagem. Serão atingidos os 11 milhões de alunos de 5ª a 8ª série e os de ensino médio. O programa dispõe, inicialmente, de 450 milhões de reais para adquirir 100 mil computadores (25% do previsto para atender a cerca de 15 mil estabelecimentos). Metade do dinheiro vem do Banco Mundial (Bird) e o restante, dos cofres da união (Oliveira, 1997, p. 17).

⁹ Segundo o Centro Internacional de Ensino a Distância da Universidade das Nações Unidas (ICDL/UNU), as instituições que atuam na EAD podem ser classificadas em três tipos: aquelas que atuam exclusivamente através desta modalidade (como a Uned e a Open University); as instituições tradicionais que têm no seu interior algum departamento voltado para a EAD (como nos EUA, Austrália e Brasil); e as tradicionais que oferecem cursos a distância, mas sem uma estrutura e um sistema em EAD implantado no seu interior.

incipientes, em face das limitações de recursos econômicos.

Na América Latina, há países tomando a iniciativa de consolidação e institucionalização de programas de EAD, como a Universidad Nacional Abierta de Venezuela, a Universidad Estatal a Distancia de Costa Rica e o Sistema de Educación Abierta y a Distancia de Colombia.⁷

O Brasil vem desenvolvendo programas em EAD há décadas, alguns deles muito conhecidos, como o *MEB* (1956), o *Projeto Minerva* (1970), o *Logos* (1977), o *Telecurso de 2º Grau* (1978), o *Mobral* (1979) e, mais recentemente, *Um Salto para o Futuro* (1991), *Telecurso 2000* (1995) e *TV Escola* (1996). Hoje, existe o Consórcio Interuniversitário de Educação Continuada e a Distância (Brasilead), uma iniciativa dos reitores das universidades brasileiras, criado em 1993, e constituído por 54 instituições públicas de ensino superior.

Mas, é muito recente a intenção do MEC, com a criação da Secretaria de Educação a Distância, de formular uma política nacional para atender a esta modalidade. Neste sentido, são dois os programas já iniciados: *TV Escola* e o *Programa de Informática na Educação*.⁸

Está sendo pensada, também, a criação da primeira Universidade Aberta e a Distância no país, embora, a nosso ver, um sistema nacional de EAD não seja o melhor caminho para o nosso país. Mais vantajoso e produtivo seria o “*dual mode system*”,⁹ onde a EAD está associada a uma universidade ou instituição convencional e onde as diferenças culturais, as distâncias e os problemas sociais podem ser atendidos muito melhor por iniciativas locais e regionais. As pesquisas realizadas, avaliando os grandes programas em EAD que o MEC desenvolveu ao longo dessas décadas, vêm comprovar a “debilidade” de tais ações centralizadas, sem uma estrutura de apoio e acompanhamento dos programas *in loco*.

A EAD e as novas tecnologias da comunicação

As experiências em EAD, consolidadas ou em processo, e as avaliações realizadas nos mais diferentes continentes têm evidenciado a qualidade dos cursos oferecidos e, na maioria dos aspectos, os resultados ob-

(90%) e em nível superior (29%). Sua presença na formação profissional, porém, já é significativa.

A Universidad Nacional de Educación a Distancia (Uned), na Espanha, oferece 200 cursos, em nível superior, a mais de 140 mil estudantes matriculados em 1995, e o Centre National d’Enseignement à Distance (CNED), na França, atende a mais de cem mil estudantes. A universidade de Hagen (Alemanha) e a Open University (com seus 150 mil estudantes) são reconhecidas internacionalmente. Nos países socialistas do Leste europeu, desenvolveu-se uma política para assegurar a formação dos trabalhadores. Somente na Rússia, 2 milhões e 500 mil estudantes (mais de 40% dos inscritos nas universidades) estudavam a distância antes da ruptura do bloco socialista.

O Parlamento Europeu reconheceu a importância da EAD para a Comunidade Européia ao adotar uma *Resolução sobre as Universidades Abertas* (10/7/87) e ao desenvolver diversos programas comunitários, a partir de 1991, utilizando a modalidade da EAD. É o caso dos programas *Sócrates*, *Leonardo da Vinci* e *ADAPT* (do Fundo Social Europeu).

Na China, a televisão cultural universitária, desde 1977, oferece cursos a distância a mais de 2 milhões de estudantes. Na Índia, a Indira Gandhi National Open University conta com mais de 100 mil alunos matriculados.

A Austrália é o país que mais desenvolve programas a distância integrados com as universidades presenciais.

Por outro lado, na África, os programas educativos a distância ainda são

tidos foram superiores aos cursos presenciais, utilizando, na grande maioria (90%), texto escrito como material didático básico.

Porém, não podemos negar que esta nova conjuntura econômica, associada aos avanços nas tecnologias da comunicação, foi o que mais pesou para que administradores e gestores das políticas públicas se inclinassem em direção à EAD.

Sobre o primeiro aspecto já falamos no início. Vamos, agora, tecer algumas reflexões sobre o segundo elemento: as tecnologias da comunicação e a EAD.

Parece-me que se criou no nosso meio uma espécie de “encantamento” com essas tecnologias. Um encantamento positivo, de um lado, quando se visualizam as possibilidades novas que oferecem no campo educativo, nas suas capacidades de modificarem os conceitos de tempo e distância, propiciando uma interação muito mais intensa entre o real e o virtual. As redes eletrônicas e o telefone celular exemplificam bem isso. Posso estar em contato com pessoas, conhecer fatos e lugares, ter acesso a uma biblioteca, fazer um curso, sem sair de casa.

Se, por um lado, existe o fascínio, a sedução por estas tecnologias (chamadas até de “inteligentes”), por outro lado, corremos o risco da alienação, da crença ilimitada, panacéica, creditando a elas a capacidade de solucionar os problemas de aprendizagem e as dificuldades de acesso ao saber. No imaginário de muitas pessoas, um curso via televisão, via satélite ou por computador, num ambiente multimídia ou via Internet, é a garantia da qualidade e da atualidade daquele curso. O texto escrito é considerado tecnologia ultrapassada. O curso que se utiliza desta tecnologia é considerado não atrativo e não vendável. Ao se elaborar um curso, muitas vezes, pensa-se primeiramente nas tecnologias a serem usadas do que propriamente no seu conteúdo, nos seus objetivos, nos sujeitos a serem atendidos.

Não se trata, pois, nem de entronizar nem de condenar ou execrar as tecnologias, como responsáveis por certos males na sociedade moderna, como o desemprego, a introdução de novos comportamentos, de uma nova ética. Devem ser encaradas na EAD como meios e não fins em si mesmas. Não devem ser avaliadas como neutras, pois

nelas estão embutidos valores, conceitos, visões de sociedade, uma racionalidade, processos de conflitos, de privilégios e de exclusão, etc. Foram produzidas para responder a problemas concretos, para desempatar conflitos; têm, pois, um conteúdo político e social.

É interessante assinalar que, com as mudanças de tecnologias em EAD, ao longo destas décadas, também o conceito de EAD tem sido alterado. Segundo Rumble (1996, p. 2-3), podemos apontar, nesse movimento, quatro gerações de tecnologias: a primeira, desenvolvida a partir de 1840, baseada no texto escrito; a segunda, a partir de 1950, utilizando a televisão e o áudio; a terceira, entre 1960-1970, incorporando as tecnologias das duas primeiras gerações, produzindo um sistema de multimeios; e, finalmente, a quarta, a que estamos vivendo, desenvolvendo sistemas de comunicação mediados pelo computador, como as conferências assistidas por computador, e o correio eletrônico.¹⁰ São criadas as primeiras universidades virtuais.

Se, inicialmente, tinha-se como ponto de partida que o aluno deveria assimilar passivamente os conteúdos, lendo o material escrito (cursos por correspondência) ou ouvindo fitas cassete ou assistindo a programas televisivos, aos poucos a EAD passa a utilizar tecnologias mais interativas, pois reconhece o papel ativo do sujeito no processo de auto-aprendizagem. Se antes importavam muito mais os resultados, agora são os processos.

Todos estes meios podem ser utilizados, e ao mesmo tempo, um como principal, básico, e os demais como complementares, auxiliares. Porém, somente são válidos à medida que:

- possibilitem o acesso ao conhecimento àqueles que socialmente estão em desvantagem e não teriam como, presencialmente, participar de sua educação e formação profissional;
- realmente viabilizem aprendizagem, acrescentando novos conhecimentos aos da experiência.

Em outras palavras, as tecnologias devem possibilitar *ao professor ensinar e ao aprendiz aprender* (Rumble, 1996, p. 1). Elas, por si sós, não garantem a aprendizagem. Estudos clássicos demonstram que as variáveis associadas ao êxito no

¹⁰ Etimologicamente redundante (*media*, em latim, significa vários meios), *multimídia* implica vários meios ou aparatos que “podem ser elementos ou dispositivos distintos interconectados, apresentando-se como módulos ou como um único produto chamado geralmente de *computador multimídia* (MPC). Cada meio (ou cada componente de um único aparato que processa textos, imagens, gráficos e som) trabalha com documentos específicos, cada um com sua função e, se estes documentos estiverem bem interligados, entre todos eles formam um novo documento audiovisual distinto, que podemos chamar de *documento multimídia* [...] Os documentos que incorporam texto, imagem e som de maneira não-linear denominam-se *hipermídia*” (Gutiérrez Martín, 1995, p. 8-9). Trata-se, então, de “uma aplicação gerenciada pelo computador que interage com o usuário, fazendo uso simultâneo de diversos meios: áudio, imagens estáticas ou em movimento, gráficos e texto” (Coutinho, 1995, p. 36).

processo de aprendizagem não estão relacionadas aos meios utilizados, às tecnologias, e sim à motivação e ao interesse do aluno e professor, muito mais a um sorriso do que a uma atraente, mas fria tela de televisão ou ao encantador monitor de um computador.¹¹

Outro aspecto a ser considerado é que estas mudanças muito velozes nas tecnologias de comunicação, especialmente as relacionadas ao computador, oferecem um risco aos nossos programas em EAD, quando somos tentados a acompanhar essas mudanças e introduzi-las no mesmo ritmo. Estudos em EAD têm apontado que uma tecnologia introduzida num curso em EAD, para ser eficaz e eficiente, necessita, pelo menos, de ser mantida durante uns cinco anos. Necessita-se, pois, de tecnologia estável, para que possa ser melhor conhecida, desenvolvida, testada e avaliada.

Como educadores, não podemos fechar os olhos aos progressos e avanços destas novas tecnologias ou permanecer extasiados à sua frente. Temos o dever de conhecer as tecnologias, entrar no seu interior, na sua lógica, para que as utilizemos no sentido de alcançar nossos fins, realizar nossos projetos. Elas não devem simplesmente informar, mas sim, formar. Por isso, é fundamental verificarmos até que ponto, naquele curso ou programa proposto, propiciam a reflexão, o diálogo e a interatividade, e sempre nos perguntarmos se estão ao alcance da população que queremos servir, para não cometermos equívocos.

Considerações finais

Ao longo do trabalho, fomos expondo, de maneira sucinta, como certos fatores estruturais e conjunturais foram favoráveis à implantação de políticas, sistemas e programas em EAD, impulsionando o seu crescimento em quase todos os países do mundo:

- **Político-Social:** diante do crescente desemprego frente à introdução de máquinas “inteligentes” e ao processo de contenção de despesas, por parte do governo, em quase todos os setores da vida social, buscando estabelecer um Estado mínimo, e em frente à desqualificação dos

trabalhadores, impunha-se dar uma nova formação ao trabalhador e criar um consenso de aceitação das duras e amargas medidas econômicas e sociais. Como fazer isso, atingindo rapidamente o maior número de trabalhadores?

- **Econômico:** como dar essa formação sem onerar os cofres públicos ou das empresas, diante da redução de investimentos na educação e sem tirar o trabalhador do seu local de trabalho?

- **Pedagógico:** a escola que atual não é atraente, não é criativa. Sua estrutura muito fechada e burocratizada é um obstáculo para o trabalhador. Necessita-se de uma modalidade mais leve, mais flexível e que ofereça alternativas que correspondam à realidade do trabalhador.

- **Tecnológico:** os atuais meios tecnológicos favorecem pensar em situações novas de aprendizagem, nas quais a figura presencial do professor, na maioria das vezes, é dispensável, e nas quais ele pode interagir não com uma sala de 20 a 30 alunos, mas sim com centenas deles e mantendo o nível de qualidade dos cursos oferecidos.

Se esses fatores indicam tendências positivas para a expansão da EAD, não podemos, diante do quadro de análise que tentamos esboçar no início do texto, e a partir dos fatos e acontecimentos recentes, negar que esses mesmos fatores também apontam e indicam tendências perturbadoras e desafiantes, cujos reflexos podemos, em parte, senti-los agora, diante da crise que nossa sociedade vivencia.

Temos, portanto, pela frente, desafios:

- **Desafios,** no sentido de demonstrarmos nossa capacidade de produzir uma educação de qualidade, voltada para o trabalhador, que não seja tratada simplesmente como um “bem econômico” e o trabalhador, como um “cliente” a quem se deve vender uma mercadoria, um conhecimento, uma habilidade. Devemos tratá-la como uma qualificação “social” e não simplesmente técnica.

- **A EAD** deve ser praticada como uma outra opção que se oferece ao trabalhador para a sua qualificação. Não pode ser encarada simplesmente enquanto substitutivo do sistema educacional presente, por mais deficiente que esteja operando, pois é uma

¹¹No concurso de redações promovido pela ONU e a Disney Européia em cinco Estados brasileiros e no Distrito Federal, apareceram reclamações sobre o uso de programas de TV na escola, que são significativas: “Também gostaria que acabassem com o sistema de TV, porque há muito desinteresse por parte dos alunos”; “[na escola] tivesse liberdade de expressão e que não houvesse ensino pela televisão [...] eu acho que nós iríamos aprender mais com professores competentes e respeitados” (*Correio Braziliense*, 15/6/1997, p. 10). Segundo dados do MEC, coletados pelo Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb) em novembro de 1995, 2/3 dos alunos da 4ª série e 85% dos alunos da 8ª série estudam em escolas que possuem TV, mas só 35% deles tinham professores que haviam assistido a algum programa da *TV Escola* (*Folha de S. Paulo*, 27/11/96, *Cotidiano*, p. 3).

das conquistas históricas do trabalhador, um compromisso e uma obrigação do Estado com as classes trabalhadoras.

- A EAD vem sendo vista por muitos governos como um caminho mais barato, que atinge rapidamente um número maior de trabalhadores, e, ao mesmo tempo, como uma estratégia política: não há necessidade de o trabalhador estar reunido e ter de se encontrar em locais determinados. Temos de combater este pragmatismo e fazer da EAD um caminho real de socialização de conhecimentos, de democratização dos bens culturais e técnicos produzidos pela sociedade e de formação do cidadão. A EAD “é um dos poderosos instrumentos de cidadania e integração social” (Martins, 1996, p. 4), pois permite ao trabalhador continuar sua educação e formação.

- Desafios no sentido de adentrarmos nessas novas linguagens de comunicação, mas sem sermos por elas abafados e anulados, pelo encantamento, por uma espécie de canto das sereias. Não podemos alijar o trabalhador da sociedade. Temos de aprender a conviver com as novas tecnologias e a desenvolver-nos como cidadãos livres e responsáveis. Portanto, temos de ousar aprendendo, sem timidez, com o olhar no horizonte, para onde caminha a sociedade, o progresso, mas com os pés calçados na nossa realidade local.

É claro que o processo de globalização da economia não vem se dando de maneira igual em todos os países, nos países do primeiro mundo e nos demais, assim como os projetos neoliberais de reformas do sistema educacional têm seguido ritmos diferenciados no confronto com as organizações de classes. Mas não podemos fechar os olhos diante desta realidade, diante das demandas por uma educação diferenciada, que instrumentalize o trabalhador, o cidadão a compreender e superar os novos desafios no campo da produção e da vida política e social. Estamos vivendo o final deste século e deste milênio, caracterizado, em diferentes campos, por mudanças radicais de paradigmas e de valores. Fala-se sobre o fim da religião, da ciência, da História e da Pedagogia, e do colapso da modernização, etc. Não se trata de “fins”, mas de rupturas que abrem horizontes novos, que abrem espaços para a construção de um novo tipo de homem e de sociedade para o terceiro milênio.

Devemos, pois, continuar sonhando e buscar a realização de uma sociedade mais justa, onde a educação, a formação e os conhecimentos sejam realmente um bem de todos e não de minorias. A EAD tem essa potencialidade, possibilitando a milhões de excluídos realizarem também os seus sonhos.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo. *Pós neoliberalismo : as políticas sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 9-34.
- CAMPION, Mick. The supposed demise of Bureaucracy : implications for distance education na open learning, more on the Post-Fordism Debate. *Distance Education*, Toowoomba, Austrália, v. 16, n. 2, p. 192-215, 1995.
- CAMPION, Mick, RENNER, William. The supposed demise of Fordism : implications for distance education and higher education. *Distance Education*, Toowoomba, Austrália, v. 13, n. 1, p. 7-28, 1992.
- CARVALHO, Carlos André. TCA reduz faturamento para valorizar pessoal. *Jornal do Comércio*, Recife, 15 jun. 1997. Economia, p. 5.
- COUTINHO, Laura M. Multimídia na escola. *Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 125, p. 28-30, jul./ago. 1995.
- ESPAÑA. Ministerio de Educación y Ciencia. Secretaría de Estado de Educación. *La nueva oferta pública de Educación a Distancia*. Madrid : MEC/CIDEAD, 1995.

- FABIANO, Ruy. O Brasil tem pressa. *Correio Braziliense*, Brasília, 15 jun. 1997. Opinião, p. 26.
- _____. Qualificação já. *Correio Braziliense*, Brasília, 17 jun. 1997. Opinião, p. 20.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A formação e profissionalização do educador : novos desafios. In: SILVA, Tomaz Tadeu da, GENTILI, Pablo. *Escola S.A. : quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília : CNTE, 1996. p. 75-105.
- GARCÍA ARETIO, Lorenzo. *Educación a distancia hoy*. Madrid : UNED, 1994.
- GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação : manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da, GENTILI, Pablo. *Escola S.A. : quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília : CNTE, 1996. p. 9-49.
- GUITIÉRREZ MARTÍN, Alfonso. *Educación multimedia : una propuesta desmistificadora*. Segovia, Espanha, 1995. mimeo.
- GUIMARÃES, Paulo Vicente. *A contribuição do Consórcio Interuniversitário de Educação Continuada e a Distância – BRASILEAD – ao desenvolvimento da Educação Nacional*. Brasília, abr. 1997. mimeo.
- HORIZONTE : una mirada a la distancia, v. 1, n. 1, Colombia : Universidad del Quindío, marzo de 1996. (sic.).
- IBGE. *Censo demográfico 1991 : características gerais da população e instrução*. Rio de Janeiro : IBGE, 1991. n. 26.
- LEOPOLDO, Ricardo, OLIVEIRA, Nelson. Real custou 753 mil vagas. *Correio Braziliense*, Brasília, 15 jun. 1997. Economia e Trabalho, p. 19.
- LINHARES, Célia F. Tecnologias inteligentes x juventude desempregada : desafios da História. *Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 126, p. 29-33, set./out. 1995.
- MACHADO, Lucília R. de Souza. A educação e os desafios das novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso et al. *Novas tecnologias, trabalho e educação : um debate multidisciplinar*. Petrópolis : Vozes, 1994. p.165-184.
- MARTINS, Onilza Borges. *A Unesco e a educação no mundo*. Cuiabá : Instituto de Educação/Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), out. 1996. Mesa Redonda durante o Seminário Educação 96 - A educação a distância frente aos paradoxos sociais.
- OLIVEIRA, Marina. Concorrência do MEC atrai empresas do mundo inteiro. *Correio Braziliense*, Brasília, 15 jun. 1997. p.17
- PRETI, Oreste. A construção do conhecimento científico em Pedagogia. In: PESQUISA EDUCACIONAL : uma introdução aos aspectos éticos, epistemológicos e metodológicos da investigação. Cuiabá : UFMT, 1992. p. 75-124.
- RUMBLE, Greville. *The technology of distance education in Third World settings*. Cuiabá, out. 1996. Conferência proferida na abertura do Seminário Educação 96 – A educação a distância frente aos paradoxos sociais.
- SENAI. *Desafios e oportunidades : subsídios para a discussão de uma nova política de formação profissional no Brasil*. Rio de Janeiro : SENAI, 1994.
- SILVA, Tomaz Tadeu da, GENTILI, Pablo. *Escola S.A. : quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília : Conferência Nacional dos Trabalhadores em Educação, 1996.
- SOCIEDADE da informação, nova ordem econômica, inclui o Brasil. *Jornal do Comércio*, Recife, 15 jun. 1997. Economia, p. 4
- SOUZA, Maria Inês Salgado de. Educação e poder : a nova ordem mundial e seus reflexos no âmbito educacional: possibilidades e alternativas. *Universidade e Sociedade*, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 107-115, fev. 1994.

Recebido em 3 de dezembro de 1997.

Oreste Preti é doutorando em Educação Pública no Instituto de Educação (IE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Abstract

In these two last decades, we notice, in all the continents, an expansion of the Distance Education. Many countries have invested in the foundation of universities full time devoted to this methodology (modalidade?): Open University (UK, Australia and India), FernUniversität (Germany), Uned (Spain and Costa Rica), Universidade Aberta (Portugal), Télé-Université du Québec (Canada), UNA (Venezuela), and so on, most of them enrolling more than 100.000 students and offering a diversity of courses. Which the reason of this expansion? Distance Education, for his flexibility and economy scale, can offer the way to solution of the political, social, economic, educational and technological challenges, raised from the new liberal program, from the (globalização) of the economy e from the introduction of the new technologies in the productive system and in the communication. Has it this strength? Which are the limitations (constraints ?) and the challenges? How to resolve the divorce between the development of knowledge and the restricted opportunities of access? How to guarantee education for all if the government resources are more and more scarce and reduced and the media aren't yet socialized in Brazil? About this setting we'll think.

Key-Words: distance education, globalization, function of education, mass media.
